



Anais da Assembléia

N.º 93

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE AGOSTO DE 1977

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 147.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1977.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni e secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Lúcio Machado.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ivan Rüppel, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Fidelcino Tolentino, Gilberto Carvalho, Erondy Silvério, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho. (22); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Edison Alencar, Egon Pudell, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Muggiati Filho. (32).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Sr. Presidente.

Solicito de V. Exa. uma Questão de Ordem, e dada a oportunidade aproveito para uma comunicação à Casa, que espero, V. Exa. me permita fazer através de uma questão de ordem.

Havia esta Liderança, antes do encerramento do período, feito uma declaração em plenário, de que o MDB não pediria mais verificação de quorum nas sessões desta Casa.

Teve a intenção esta Liderança, com este expediente, com este comportamento, fazer com que as presenças dos Srs. Deputados no plenário, se fizessem sentir com mais assiduidade.

Comunico a V. Exa., Sr. Presidente, que em reunião da minha bancada na manhã de hoje, resolvemos por bem não adotar mais aquele comportamento da não verificação de quorum; e comunico isso a V. Exa. no início desta sessão, pedindo a V. Exa. que determine ao Sr. 1.º Secretário, a verificação de quorum com a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência atende o que em Questão de Ordem, levanta o eminente Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB, e apela aos Srs. Deputados para que compareçam à hora regimental, para a deliberação em Plenário.

(Faz soar os tímpanos)

O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) 22 Srs. Deputados responderam a chamada.

Em discussão a ata da sessão extraordinária anterior. Não havendo quem queira discutí-la, declaro-a aprovada. Em discussão a seguinte Proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 409/77, veto aposto ao Projeto de Lei número 216/73, de autoria do Deputado JORGE SATO, que disciplina a função de Despachante perante a Secretaria de Segurança, exceptuado o DETRAN, e dá outras providências. Parecer da C.C.J. considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade. Encerrada a discussão.

Ofício número 66/77

Curitiba, em 27 de maio de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício número 16/77, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1o., do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei número 216/73, por julgá-lo contrário ao interesse do Estado, em face dos motivos adiante exposto.

Dispõe o autógrafo que a Secretaria de Segurança Pública poderá credenciar Despachantes para o exercício de atividades junto à referida Secretaria, estabelecendo as condições necessárias a tal credenciação.

O plano de lei em exame não mereceu acolhimento em razão de pronunciamento expendido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, configurando a medida como contrária aos superiores interesses da Administração.

Os encargos afetos à Secretaria de Segurança Pública independem, pela sua simplicidade e celeridade no atendimento, da intervenção de terceiros. Vale mencionar, ainda, sob este aspecto, que a Administração tem adotado sucessivas medidas no sentido da progressiva melhoria e simplicidade dos serviços, com vistas à melhoria no atendimento ao público. Ademais, a intermediação pretendida, viria, apenas, importar na oneração desses serviços.

Por outro lado, é oportuno ressaltar que o projeto de lei em causa, se acatado fosse, poderia por sua abrangência demasiadamente ampla e genérica, ensejar problemas relacionados com o exercício de profissões liberais e técnico-científicas, o que a rigor, poderia caracterizar aspectos de inconstitucionalidade da medida.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Jayme Canet Júnior
Governador do Estado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 181/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 36/77, ex-Proposição número 275/77 — aprova termo de convênio e respectivo termo Aditivo, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com interveniência das entidades ali nominadas, objetivando regular aplicação de recursos aos programas de treinamento de executivos conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A.I.C., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 11, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEN DO DIA ;

EM VOTAÇÃO A DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 409/77.

EM VOTAÇÃO 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 181/77.

Levanta-se a sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 138.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1977.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Gilberto Carvalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sugarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (42); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Fabiano Braga Côrtes, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Sampaio, Osvaldo Macedo, Valter Pietrângelo. (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está em discussão a ata.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Para discutir) — Sr. Presidente, pelo que entendi da leitura da ata, estava apenas ausente no dia de ontem, o nobre Deputado Alfredo Gulin, que ao que me parece, está passeando na Europa.

Mas eu queria dizer a V. Exa. que no dia de ontem, também não estivemos presente à Sessão Ordinária, desta Assembléia, razão pela qual, Sr. Presidente, peço retificação na ata, porque, no dia de ontem, tive o desprazer de saber, que meu nome foi citado por diversas vezes neste plenário, em discurso, em oração proferida pelo nobre Deputado Erondy Silvério que, tenho certeza, no dia de amanhã, escutará a nossa oração.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência considera impropriedade a questão de ordem de V. Exa. Na ata da Sessão Extraordinária, lida e aprovada na sessão anterior, bem como na ata da presente sessão ordinária, constam: presença de 53 Srs. Deputados, achando-se ausente o Sr. Deputado Alfredo Gulin.

Portanto, a Presidência não aceita as argumentações de V. Exa. pretendendo imputar presença ao Sr. Deputado que está viajando no exterior.

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem Sr. Presidente, V. Exa. não entendeu.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência não conferiu a presença ao Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem Sr. Presidente, V. Exa. não entendeu o que eu quis dizer. Se V. Exa. me permite? Eu quis dizer que não estive na sessão ordinária de ontem. Eu estou a confessar que não estive presente na Sessão Ordinária de ontem, Sr. Presidente. Na Ordinária, veja bem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência entendeu que V. Exa. havia afirmado que havíamos conferido presença ao Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ADALBERTO DAROS — Não, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência informa que realmente o Deputado Alfredo Gulin não esteve presente e teve a sua ausência a notar.

O SR. ADALBERTO DAROS — Exato, exato. Eu quero dizer que eu não estive presente à sessão ordinária de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência determinará a retificação da ata.

O SR. ADALBERTO DAROS — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Continua em discussão. Em votação.— APROVADA.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

Mensagem número 92/77

Curitiba, 8 de agosto de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 19 de julho de 1977, entre o Governo do Estado e o Município de GUAIRACÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Jayme Canet Júnior

Governador do Estado.

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 93/77

Curitiba, 8 de agosto de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 19 de julho de 1977, entre o Governo do Estado e o Município de IPORÃ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Jayme Canet Júnior

Governador do Estado.

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 94/77

Curitiba, 8 de agosto de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 19 de julho de 1977, ao Convênio celebrado em 21 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de

CIDADE GAÚCHA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Jayme Canet Júnior
Governador do Estado.

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 95/77

Curitiba, 8 de agosto de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 19 de julho de 1977, entre o Governo do Estado e o Município de LUPIONÓPOLIS, objetivando a execução de obras de combate a erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Jayme Canet Júnior
Governador do Estado.

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A data de hoje, 10 de agosto, registra efeméride das mais queridas para o nosso Estado.

É que, neste dia, transcorre o aniversário da Polícia Militar do Estado, corporação de que todos nos orgulhamos, pelos relevantes e inestimáveis serviços que presta no Paraná, no fiel cumprimento da nobre missão que lhe está confiada, de zelar pela ordem e tranquilidade deste Estado, contribuindo, significativamente, para o seu desenvolvimento e progresso.

São 123 anos de profícua existência, com atuação sempre voltada para o bem estar deste Estado e de sua gente que, hoje, reconhecidos, reverenciam-na pelo muito que lhes tem oferecido, colocando até em risco, às vezes, a vida de seus integrantes, na salvaguarda e defesa da segurança do Estado e de sua população.

Por isso, requeiro, após ouvido o Plenário, que se consigne na ata da sessão de hoje, um voto de regozijo e congratulações à gloriosa Polícia Militar do Estado, pela grata efeméride, transmitindo-se ao seu ilustre Comandante, Cel. Frederico Ernesto Virmond, mensagem consubstanciando o júbilo deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1977.

(a) Nelson Buffara.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança do M.D.B., no cumprimento de dispositivos regimentais, indica os Senhores Deputados JOSÉ MUGGIATI FILHO e MAURÍCIO FRUET, para comporem a Comissão Especial de Emenda à Constituição do Estado, que dizem respeito à Reforma Penal e Penitenciária, mais propriamente no que tange a pena privativa de liberdade em nosso País.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1977.

(a) Trajano Bastos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência acaba de receber ofício subscrito pelo Dr. Eduardo Rocha Virmond, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Paraná, ofício número 3.791.

Solicito do Sr. 1.º Secretário que faça a leitura do referido ofício.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê) ;

“OFÍCIO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, na ocasião em que a Assembléia Legislativa do Estado irá discutir projeto de reforma constitucional que dá aos advogados do quadro do Estado do Paraná condições de remuneração condigna, conforme os mesmos princípios que atingiram tanto promotores de Justiça como outros servidores públicos de grau superior. Na verdade, Senhor Presidente, a proposição apresentada representa uma convalidação e um esclarecimento da equiparação de funções, para as quais se exige o mesmo grau universitário e trabalhos e representação equivalentes. Por uma interpretação defeituosa, sumamente injusta, os homens que têm sobre seus ombros a defesa judicial dos interesses públicos do Estado vêm recebendo salários de fome, que psicologicamente diminui a sua própria representação perante o Judiciário, ainda mais grave quando em confronto com a parte adversa.

Em razão dessa degradação funcional, provocada pela baixa remuneração, a Seção do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil endereçou ao Senhor Governador do Estado do Paraná pedido de providências, renovado recentemente, conforme cópias em anexo.

Entretantes, sem prejuízo das iniciativas do Senhor Governador, o Senhor Deputado FRANCISCO ACCIOLY NETO teve a feliz idéia de apresentar o projeto de reforma constitucional, que daria solução adequada ao problema.

Peço a Vossa Excelência que transmita a seus eminentes Pares a saudação da Ordem dos Advogados e ao mesmo tempo o nosso pedido de amparo ao referido projeto de reforma constitucional, de sentido altamente conciliatório.

Tomo a liberdade de enviar cópia do presente ofício ao autor do projeto.

Apresentamos neste ensejo a Vossa Excelência os nossos protestos de alta estima e consideração.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1977.

(a) Eudardo Rocha Virmond.”

O SR. PRESIDENTE — Acordaram as lideranças do MDB e da ARENA, dedicando-se o Pequeno e o Grande Expediente desta sessão para a discussão da matéria constante da Ordem do Dia.

Razão pela qual a Presidência deixa de conferir a palavra aos Srs. Oradores inscritos no Pequeno Expediente e no Grande Expediente desta sessão.

Recebe a Presidência, subscrita pelo eminente Deputado Erondy Silvério e Deputado Enéas Faria, requerimento em que solicitam, ouvida a Casa, na discussão de matéria que consubstancia Emenda Constitucional, seja prorrogado, por igual prazo, o tempo concedido ao autor e ao relator da matéria.

Deve a Presidência alertar os eminentes Srs. Deputados, que o dispositivo regimental que regula esta matéria foi alterado pela Resolução número 2/71.

A Resolução 2/71, altera o § segundo do art. 199, do Regimento Interno, conferindo-se igual tempo ao autor, ao relator da matéria e a qualquer dos Srs. Deputados, podendo qualquer um usar da palavra na discussão pelo prazo de 30 minutos. E igualmente podendo falar no encaminhamento da votação, pelo prazo de 10 minutos.

Está, ao que me parece, atendida a pretensão dos eminentes Deputados Erondy Silvério e Enéas Faria, porquanto todos os Srs. Deputados terão igual tempo na discussão da matéria e

no encaminhamento da votação. Sendo na discussão, 30 minutos; no encaminhamento da votação, 10 minutos.

É o que dispõe a Resolução número 2/71, de dezembro de 1971.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei No. 97/76, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor ERNANI SIMAS ALVES. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei No. 68/77, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, de Pato Branco, com sede na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei No. 69/77, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de Pato Branco, com sede na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 06/77, Mensagem No. 53/77, ex-Proposição No. 254/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de SÃO JORGE DO OESTE, objetivando execução de reparos em próprios estadual onde funciona o Grupo Escolar São Jorge, na sede do referido município.— **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução No. 96/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de abril de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de São Jorge do Oeste, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar São Jorge, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução No. 10/75, de autoria da CCJ, Mensagem No. 69/74, ex-Proposição No. 194/74 — aprova convênio celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Guarapuava, objetivando incrementar as atividades agropecuárias naquela região. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CA, por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução No. 205/77, de autoria da CCJ, Mensagem No. 56/77, ex-Proposição No. 142/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de JACAREZINHO, objetivando assistência técnica e financeira para melhoria do ensino de 1o. grau

no referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CIP por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução No. 207/77, de autoria da CCJ, Mensagem No. 56/77, ex-Proposição No. 158/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de TELÊMACO BORBA, objetivando assistência técnica e financeira para melhoria do ensino de 1o. grau no referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CIP, por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução No. 210/77, de autoria da CCJ, Mensagem Bo. 37/77, ex-Proposição No. 190/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento e a Secretaria de PLanejamento da Presidência da República, com a interveniência dos Órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos ao programa de Treinamento de Executivos em nosso Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CAIC, por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução No. 214/77, de autoria da CCJ, Mensagem No. 50/77, ex-Proposição No. 208/77 — aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de IBIPORÃ, visando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1o. grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução No. 215/77, de autoria da CCJ, Mensagem No. 50/77, ex-Proposição No. 217/77 — aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de GUARAQUEÇABA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II habilitação de professores não titulados conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 234/77, de autoria da CCJ, Mensagem No. 66/77, ex-Proposição No. 388/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de LOBATO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e COPTC, por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução No. 235/77, de autoria da CCJ, Mensagem No. 68/77, ex-Proposição No. 394/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ALVORADA DO SUL, objetivando execução de obras de reparos na Agência de Rendas daquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução No. 236/77, de autoria da CCJ, Mensagem No. 68/77, ex-Proposição No. 396/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de BARRAÇÃO, objetivando execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Professora Leonor Casteliano, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução No. 237/77, de

autoria da CCJ, Mensagem No. 68/77, ex-Proposição No. 399/77 - aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, objetivando execuções de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e o Grupo Escolar Santo Antônio, na sede daquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução No. 238/77, de autoria da CCJ, Mensagem No. 68/77, ex-Proposição No. 408/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de URAÍ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual de Uraí. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — da Proposição No. 384/77, de autoria da COMISSÃO ESPECIAL, Proposta de Emenda à Constituição Estadual de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, dando nova redação e incluindo parágrafo que especifica, aos artigos 59, 60 61 e 62, da Seção VII, do Capítulo IV, Título I, da referida Constituição. Parecer CONTRÁRIO da COMISSÃO ESPECIAL, por maioria.

Parecer à Proposição Número 384/77

Resumidamente a Emenda de iniciativa do nobre Deputado Accioly Neto propõe:

1 — a transformação da Procuradoria Geral do Estado em órgão diretamente vinculado ao chefe do Poder Executivo, com autonomia administrativa e financeira;

2 — a criação da "Classe Única de Advogados", que passa a compor o quadro de funcionários da Entidade;

3 — equiparar os cargos entre si, com a finalidade de fixar seus respectivos vencimentos;

4 — atribuir ao Ministério Público a representação do Estado nos processos fiscais nas comarcas do interior, onde não existem sub-procuradorias;

5 — vincular os vencimentos do Procurador Geral do Estado aos do Procurador Geral da Justiça e ao Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas.

AS CONSTITUIÇÕES DE OUTROS ESTADOS

São citadas, na justificativa, disposições constitucionais de outros Estados; entretanto, o que deflui da leitura do art. 51 e segs. da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte é a existência de dois órgãos distintos, divergentes quanto à estrutura, funcionamento e finalidade, ou seja a Consultoria Geral do Estado, dotada de certa independência e subordinada ao Governador e a Procuradoria Geral do Estado, esta concebida nos moldes da nossa. Por outro lado, se na Constituição do Estado do Rio de Janeiro a Procuradoria Geral do Estado está vinculada diretamente ao Governador, nenhuma referência expressa há quanto à fixação de vencimentos dos procuradores e advogados ou vinculações entre cargos para esse fim.

Pode-se afirmar, depois de análise feita em Constituições dos demais Estados brasileiros, que somente o Rio de Janeiro aderiu a essa linha de pensamento, porque, de uma maneira geral, as normas relativas à organização e funcionamento das Procuradorias em nada discrepam do tratamento a elas conferido pelo constituinte paranaense.

CONSTITUCIONALIDADE

1 — A criação de novos cargos e a alteração de vencimentos, sem sombra de dúvida, implicam em aumento de despesa pública. Mesmo ou até principalmente as emendas constitucionais devem obedecer ao princípio estabelecido na Constituição em seu art. 57, II:

"É da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa das leis que:

II) criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública;"

preceito acolhido, a exemplo de todas as outras, pela Constituição do Estado do Paraná em seu art. 25, § 1o., letra "b";

2 — A vinculação e equiparação de qualquer natureza do pessoal do serviço público para fins de remuneração ou fixação de vencimentos é norma constitucional proibitiva, conforme art. 98, parágrafo único da Constituição Federal:

"Art. 98 — Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo para cargos de atribuições iguais ou semelhantes.

Parágrafo único — Respeitado o dispositivo neste artigo, é vedada vinculação ou equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público."

O Art. 98 dá idéia apenas de que os vencimentos pagos aos funcionários do Executivo servirão de limite para os dos funcionários do legislativo e do judiciário. Deve-se também entender que se observará a paridade de vencimentos entre tais funcionários, tomando-se por base os fixados para os do Executivo.

EMENDAS CONSTITUCIONAIS:

Um ponto de superior importância, que vai caracterizar a legitimidade das ordens judiciárias que emanam das emendas constitucionais, é a distinção que se deve fazer entre "Poder Constituinte" e "Poder de Reforma Constitucional".

Quando se faz referência à expressão "emenda", quer se aludir à modificação parcial do texto de uma Constituição. O poder de emendar difere frontalmente da faculdade conferida ao Constituinte quando da organização do Estado.

"Para se compreender a aparição das normas originais, primitivas, que vão dar lugar aos poderes constituídos do Estado, há que se fazer apelo a noção de Poder Constituinte. Este ao contrário dos Poderes Constituídos, não é de natureza jurídica, não se funda no direito. Ele é pré-jurídico".

"O traço fundamental do Poder Constituinte, que o discrimina das outras fontes produtoras do direito é o fato de ele não encontrar seu fundamento em qualquer norma jurídica anterior".

(Cf. Celso Ribeiro Bastos-Elementos de Direito Constitucional-pgs 7 e 8 - Ed. 1975).

A partir do momento em que o Estado já se encontra organizado, todos aqueles poderes, de início puros, ilimitados, transformam-se, em maior ou menor grau, em competências, que vêm a ser o exercício das faculdades soberanas dentro dos quadros do direito. Ensina NELSON DE SOUZA SAMPAIO ;

Colocado logo abaixo do poder constituinte, o poder reformador, é, (contudo) de natureza "constituída", pois encontra sua base na Constituição, que lhe traça os contornos e estabelece os processos de atuação.

nos Estados de Constituição rígida podemos identificar o poder reformador como uma competência intermediária entre o poder constituinte e o legislativo ordinário.

— jamais atingirá, portanto, a eminência representada pela ilimitação da atividade constituinte. Chamemô-lo um "poder constituinte constituído", como faz Agesta; "poder constituinte instituído", devemos encará-lo nas

palavras de Pontes de Miranda, como uma "atividade constituinte diferida ou um poder constituinte de segundo grau.

(Cf. Nelson de Souza Sampaio — O poder de Reforma Constitucional, pags. 42/43).

Em outros termos, para justificar a posição hierárquica das emendas, cumpre salientar, como faz o mesmo autor, que os atos ditados pelos detentores de tal poder estão sujeitos, também, como qualquer ato, a um controle de constitucionalidade:

"Já aludimos, em mais de uma passagem ao controle jurisdicional para convencer-nos do ilogismo de quantos se obstinam em considerar ilimitado o poder revisor, equiparando-o ao poder constituinte. Não há melhor prova de que o poder de reforma, é por natureza, constituído, pois, do contrário teríamos o absurdo de um órgão constituído — o Judiciário — a controlar um órgão constituinte. Esse fato aconselha-nos a empregar sempre as expressões "poder revisor", "poder reformador", afastando como impróprias todas as outras em que entre a palavra "constituente".

Perfilha esse entendimento o professor MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, quando estabelece para o poder constituinte instituído, três qualidades essenciais: a derivação, a subordinação e o condicionamento:

(...) o poder de emendar a Constituição não se confunde com o de estabelecê-la. O poder de revisão é oriundo da Constituição, portanto, do poder constituinte. Deriva deste por meio daquela. Destarte, logicamente há que estar sujeito aos limites explicitados na Constituição. Se os violar, estará praticando ato inconstitucional suscetível de impugnação através do controle de constitucionalidade.

(Cf. M.F.G.F. — Comentários à Constituição Brasileira — Vol. II — pg. 18).

A distinção destas duas órbitas de competência e a classificação das chamadas "emendas às constituições estaduais" como reflexo de um poder de reforma, ou como exercício de uma competência previamente delimitada, assumem conotação muito mais séria nos sistemas como o nosso, em que a própria Constituição Federal impõe freios à modificação de seu texto. Portanto, a lei a que se refere a redação do inciso II do Art. 57 da Constituição Federal, de iniciativa exclusiva do poder executivo, engloba as emendas constitucionais a serem elaboradas no âmbito estadual, porque, como ensina CELSO RIBEIRO BASTOS — "Lei é qualquer decisão tomada pelo Poder Legislativo segundo um processo previsto para a sua emanção".

LIMITAÇÕES AO PODER REFORMADOR

Um outro aspecto a ser enfocado diz respeito às limitações impostas ao poder reformador nos Estados-membros da Federação.

A Constituição brasileira em vigor não se preocupa apenas em prever a auto-organização dos Estados e não se contenta em enumerar alguns princípios a serem atendidos por eles, vai mais além quando impõe a incorporação de normas do direito federal no direito estadual, restringindo, não só o Poder Constituinte estadual, como também o seu Poder Reformador.

As limitações ao Poder Reformador são fixadas pelo legislador constituinte e podem referir-se ao tempo, ao objeto ou ao processo de sua realização; são chamadas limitações temporais, materiais e formais, respectivamente.

As materiais inerentes à reforma constitucional, dizem respeito ao objeto das emendas, que o legislador deve acatar. São expressas ou estão implícitas no texto constitucional.

As expressas seriam aquelas que sempre estiveram presentes em nosso Direito Constitucional, a saber: as que dizem respeito aos princípios constitucionais sensíveis relacionados com a intervenção nos Estados, que constam do Art. 10, e as referentes aos princípios federais extensíveis que consubstanciam regras de organização da União, cuja aplicação a Constituição estende aos Estados, enumerados nos Incisos II a IX do Art. 13.

Art. 13 — Os Estados organizar-se-ão e reger-se-ão pelas Constituições e leis que adotarem, respeitados, dentre outros princípios estabelecidos nesta Constituição, os seguintes:

e entre eles,

Inciso V — as normas relativas aos funcionários públicos, inclusive a aplicação aos servidores estaduais e municipais dos limites máximos de remuneração estabelecidos em lei federal.

Assim, a redação do Art. 98 e seu parágrafo único foi "copiada" por todos os legisladores estaduais, em obediência ao Ar. 13, V e, secundariamente, ao Art. 200 que integra certas normas obrigatória e automaticamente ao direito constitucional legislado nos Estados.

O Art. 98 impossibilita o pagamento de retribuição maior do que aquela paga pelo Executivo aos cargos de atribuições iguais ou semelhantes do Legislativo e do Judiciário. Confere um tratamento isonômico entre os servidores dos três ramos do Poder Público mas, o abrigo constitucional ao princípio da paridade de vencimentos vem seguido da norma que proíbe a vinculação ou equiparação entre cargos, inclusive entre os que compõe o Executivo, prevenindo as aplicações exageradas a extensões indevidas de tal princípio.

Vejamos a redação dada pela proposta de emenda ao parágrafo único do Art. 60 da C.E.

Art. 60 —

.....
parágrafo único; Terão os Procuradores seus vencimentos fixados com diferença não excedente a nove décimo da Classe Inicial da carreira de Procurador.

Existe neste artigo desrespeito ao princípio estabelecido no § único do Art. 98 da Constituição Federal e, citamos JOSÉ AFONSO DA SILVA que assim define vinculação:

"é a relação de comparação vertical, diferente da equiparação que é relação horizontal. Vincula-se um cargo inferior, isto é, de menores atribuições e menos complexidade, com outro superior, para efeito de retribuição, mantendo-se certa diferença de vencimentos entre um e outro mas de sorte que, aumentando-se um, o outro também fica automaticamente majorado, para guardar a mesma distância pré-estabelecida".

Note-se que o legislador, pode inclusive fixar remuneração idêntica para cargos diferentes, desde que não condicione uma a outra.

Por outro lado temos a redação dada pela proposta ao Art. 62, da C. Est.:

"O Procurador Geral do Estado será nomeado em comissão pelo Governador, dentre brasileiros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, de notável saber jurídico e reputação, com os mesmos vencimentos do Procurador Geral da Justiça e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas".

Há a equiparação dos cargos de Procurador Geral do Estado, Procurador Geral da Justiça e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, equiparação definida pelo mesmo Prof. JOSÉ AFONSO DA SILVA como:

"a comparação de cargos de dominação e atribuições diversas, considerando-os iguais para fins de se lhes conferirem os mesmos vencimentos".

Equiparar é por em paralelo, comparar, igualar, enquanto que vincular é subordinar, condicionar.

A propósito, o Supremo Tribunal Federal, apreciando a Representação no. 759, declarou inconstitucional o Art. 53, parágrafo único da Constituição do Estado do Mato Grosso que aplicava aos membros de seu Departamento Jurídico vencimentos e vantagens próprias e exclusivas da Magistratura e do Ministério Público, por contrariar os dispositivos constitucionais que taxativamente proibem qualquer equiparação nesse sentido.

Além disso, as normas que se referem à fixação de vencimentos e ao quantitativo dos mesmos, não devem ser elevadas à categoria de constitucionais. Essa fixação quantitativa é objeto de lei ordinária pelo caráter de mutabilidade de que naturalmente se reveste.

Carece de constitucionalidade a iniciativa de tais emendas que seriam de competência exclusiva do Governador do Estado porque, além dos princípios expressos na Constituição Federal, existem outros que limitam a competência revisora que se impõem pelo próprio conceito substancial de Constituição, ou seja, de que ela é um conjunto de regras e princípios que têm por objetivo a estruturação do Estado, a organização dos seus órgãos supremos, e definição de suas competências. A função primordial de uma Constituição rígida pré existe ao poder reformador é a de estabelecer a estrutura orgânico-funcional para uma dada sociedade política. As normas que emanam de um direito superior revestem-se, quer queiram ou não, de estabilidade e temporariedade, portanto, ao Poder reformador é ilícito contrariá-las sob qualquer pretexto.

Assim em face dos dispositivos: Art. 57, II da C.F., mais Art. 25, § 1.º, B, da C.Est., as emendas apresentadas para modificar os Arts. 60 e seu parágrafo único e Art. 62, estariam prejudicadas porque aumentam vencimentos e modificam cargos. As dúvidas quanto à iniciativa de tais reformas têm origem tão somente na confusão terminológica que se faz entre Poder Constituinte e Poder Reformador.

Acolhendo as proposições apresentadas estaremos admitindo diretamente a edição de norma que afasta a exclusividade da iniciativa governamental em determinadas matérias e — indiretamente — admitindo que o Art. 25, § 1.º, b, pode ser alterado, a qualquer momento por uma "emenda constitucional".

Finalmente, deve-se ainda salientar que o Supremo Tribunal Federal já julgou inconstitucional, por unanimidade, emenda à Constituição do Estado do Mato Grosso, por contrariar o que ordena a Constituição Federal quanto à iniciativa de leis, nos seguintes termos:

"Finalmente inquina-se também de inconstitucional a regra inserida no Art. 139 da Carta Política Estadual (). Por envolver vencimentos (latu sensu) está a depender da exclusiva iniciativa do chefe do Poder Executivo (Art. 60, inciso II C/c Art. 13, inciso III da Constituição de 1967).

— Voto do Ministro Djaci Falcão — Relator - Representação no. 759.

— Obs. Os Arts. citados foram mantidos posteriormente pela Em. Const., no. 01/69, com a mesma redação.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES, Relator
Líder da ARENA

(Apoiamentos: Ezequias Losso, Luiz Alberto de Oliveira, Mugiati Filho e Enéas Faria).

— Em discussão.

O SR. ACCIOLY NETO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado autor da Proposta, Accioly Neto.

A Presidência lembra ao eminente Deputado que nos termos da Resolução 02/71, reduz de uma hora para 30 minutos o tempo que V. Exa. terá para discutir a matéria.

O SR. ACCIOLY NETO — Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A treze de maio pretérito, apresentei proposta de Emenda à Constituição do Estado mediante a qual se propõem alterações em diversos dispositivos da Carta Política do Paraná, todos eles relacionados com a Procuradoria Geral do Estado.

Quando apresentei tal proposta, fiz ver a este egrégio Plenário, que naquela data completava exatamente um ano do encaminhamento a S. Exa., o Sr. Governador do Estado de Memorial subscrito por advogados e procuradores integrantes da Procuradoria Geral do Estado, pelo o qual encareciam ao Chefe do Poder Executivo o envio a esta Assembléia Legislativa de projeto de lei complementar que regulasse a estrutura, o funcionamento e, principalmente, a situação dos bacharéis do sobredito órgão.

A proposta de emenda constitucional que ora é objeto de deliberação, em primeiro turno, por esta Casa, não representa, como querem alguns crer, mais uma causa perdida por parcela de servidores públicos que, não tem conseguido, nesta Casa, obter êxito com vistas à concretização de suas legítimas aspirações.

A Comissão Especial que examinou a proposta, entendeu de acatar, por maioria, o parecer contrário emitido pelo relator da matéria, o eminente Deputado Luiz Roberto Soares.

O parecer que foi oferecido pelo relator, com a inteligência que lhe é peculiar, fez-me ficar na posição daquela velha senhora que, colhida de repente por fortes chuvas acompanhadas de fortes ventos, não sabia se segurava o guarda-chuva ou a saia; é que nesse parecer tentou ele levar-me a uma armadilha, pretendendo, de um lado, que eu ficasse a debater a doutrina sobre os limites da competência de atuação do Poder Constituinte Estadual, e, ao mesmo tempo, lançava-se contra mim com a tese de que a expressão LEI simplesmente contida em alguns dispositivos da Constituição notadamente no artigo 25, parágrafo 1.º, da Carta Política Estadual e no Art. 57 da Constituição Federal — abrange todo e qualquer ato legislativo, vale dizer, a tese EMENDAS CONSTITUCIONAIS.

Mas, porque aprendi com ele mesmo, a descobrir que se deve separar, em matéria jurídica, melhor do que nas outras talvez, o joio do trigo, consegui vislumbrar desde logo essa sutil manobra de envolvimento pela qual o relator pretende fazer crer que, sendo lei também as emendas constitucionais e a iniciativa de determinadas leis constituindo reserva privativa do Governador do Estado, nós estaríamos diante de um caso clássico de invasão de competência, na atuação do Poder Constituinte Estadual.

E a partir daí, desenvolve ele, com muita argúcia, a teoria segundo a qual existem limites intransponíveis, fronteiras indepassáveis na atuação da Assembléia Estadual quando ela se ocupa da alta organização do Estado, auto-organização que quer significar, apenas, que nós devemos, através do Poder Legislativo, estabelecer a competência normativa do Estado, em segundo grau, e, em primeiro grau, a adoção de uma Constituição própria.

Ainda que tal matéria seja tão só acadêmica desejo ocupar-me, em primeiro lugar, dos limites do Poder Constituinte Estadual.

E nesse passo, desejo expressar que, ao lado do eminente Deputado Luiz Roberto Soares, eu reconheço que, primeiro: o Poder Constituinte Estadual é Poder Constituinte decorrente, expressão cunhada por Manoel Gonçalves Ferreira Filho, para designar aquele poder que, decorrendo do originário, não se destina a rever a sua obra, mas a institucionalizar coletivamente, expressão cunhada por Manoel Gonçalves Ferreira Filho, para designar aquele poder que, decorrendo do originário, não se destina a rever a sua obra, mas a institucionalizar coletivamente com o caráter de Estados que a Constituição preveja; segundo, todavia, o Poder Constituinte Estadual é autônomo, e esta autonomia pressupõe, ao mesmo tempo, uma zona de auto-determinação que é o propriamente autônomo, e um conjunto de limitações e determinantes jurídicos extrínsecos, que é o herênomo. Terceiro: o Poder Constituinte Estadual, como escreve

José Afonso da Silva tem a sua atuação circunscrita por princípios constitucionais que podem ser discriminados em 3 grupos: princípios constitucionais sensíveis — aqueles que se localizam no art. 13, inciso 1o. e art. 10, inciso VII da Constituição Federal; princípios federais extensíveis, que estão também no art. 13, incisos II a IX. E, finalmente, princípios constitucionais estabelecidos.

Se os dois primeiros princípios, também denominados "enumerados" são facilmente localizados, a identificação dos princípios estabelecidos reclama pesquisa no texto da Constituição.

Esses princípios constitucionais estabelecidos, ensina Raul Machado Horta, são os que limitam a autonomia organizatória. São aquelas regras que revelam previamente a matéria em sua organização e as normas constitucionais de caráter vedatório, bem como os princípios de organização política, social e econômica, que determinam o retraimento da autonomia estadual.

Tais princípios são, em parte, expressos, ou implícitos, ou, finalmente, decorrentes.

Este reconhecimento de tais limitações, todas elas com fulcro em princípios que a própria Constituição Federal os expressa implícita ou explicitamente, não significa, contudo, que se deva dar a esta matéria, a ampla e extensa e não muito acadêmica, e tampouco, doutrinária interpretação, que se lê no parecer emitido pelo relator.

A propósito, em torno da interpretação dos princípios constitucionais limitadores da capacidade organizatória do Estado, há que se levar em conta que tais princípios, antes de mais nada, são limitadores da autonomia do constituinte estadual.

Sobre como eles, por esta condição, devem ser interpretados, o há pouco citado José Afonso da Silva, faz as seguintes ponderações: "Significa isso que se cogita de normas limitativas de um princípio básico da Constituição da República, verdadeira decisão política fundamental, qual seja, o da autonomia dos Estados membros que constitui fulcro da organização nacional fundada no federalismo, tão importante o considerou o Constituinte Nacional que o erigiu em núcleo imutável por via de emenda constitucional — artigo 47, § 1o. da Constituição Federal. Donde, prossegue o mesmo autor, sua preeminência em relação àqueles princípios que circunscrevem a capacidade organizatória dos Estados, salvo quanto aos que decorrem do sistema constitucional, há pouco mencionado, porquanto esses são superiores, dado que revelam os fins do próprio Estado Brasileiro. Afora a consideração desses últimos, os demais princípios enumerados ou estabelecidos na Constituição Federal, que impliquem em limitação à autonomia estadual, cerne e essência do princípio federativo, não que ser compreendidos e interpretados restritivamente e segundo seus expressos termos.

Admitir o contrário seria superpor a vontade constituída à vontade constituinte a despeito da Constituição ter propendido para um federalismo nominalista. Esta concepção de interpretação, de compreensão restritiva, é também manifestada por Carlos Maximiliano, que, nos seus comentários à Constituição Brasileira de 1946, afirmava com incisiva autoridade, interpretam-se estritamente os dispositivos que instituem exceções às regras gerais firmadas pela Constituição. Assim se entendem os que favorecem algumas profissões, classes ou indivíduos, excluem outros, estabelecem incompatibilidades, asseguram prerrogativas e etc."

Dentro desta linha de considerações que, a rigor não são minhas mas, expressas por autores festejados da doutrina constitucional do nosso País, não há como se opor do ponto de vista doutrinário e, por consequência do próprio ponto de vista constitucional, qualquer objeção à iniciativa de qualquer membro deste Poder Constituinte Estadual, de propor emenda constitucional que esteja, por força de uma interpretação restritiva do texto da Carta Maior, perfeitamente adequada com

aquilo que se pretendeu oferecer à capacidade auto-organizatória de cada um dos Estados-Membros.

Vencida esta primeira etapa, deve-se agora então, debater aquilo que no meu entendimento constitui, verdadeiramente, o cerne da questão levantada no parecer emitido pelo eminente Deputado Luiz Roberto Soares. E este núcleo fundamental está na interpretação que ele quis dar à expressão "LEI" desprovida de qualquer adjetivação que está contida no artigo 57 da Constituição Federal e, por força da mesma incorporação, no artigo 25, parágrafo 1o. da Carta Política do Estado.

Diz o parecer: "Portanto, a Lei a que se refere a redação do inciso II, do artigo 57, da Constituição Federal, de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, engloba as emendas constitucionais a serem elaboradas no âmbito estadual, porque, como ensina Celso Ribeiro Bastos, Lei é qualquer decisão tomada pelo Poder Legislativo, segundo o processo previsto para a sua emanção".

Data vênia, não assiste razão ao ilustre Deputado Relator da matéria. Na lição do acatado Carlos Maximiliano, na sua formidável "Hermenêutica e Aplicação do Direito", ao tratar especificamente do Direito Constitucional, ele explica que, ou quando as palavras forem susceptíveis de duas interpretações, uma estrita, outra ampla, adotar-se-á aquela que for mais consistente com o fim transparente da norma positiva.

Seguramente foi com base nesse entendimento, que Nelson de Souza Sampaio, em seu "Processo Legislativo", ao estudar os Atos Legislativos, assevera que "hoje só se pode defini-la (Lei Ordinária), por exclusão, dizendo que toda a Lei que não trouxer o título de Complementar, é Lei Ordinária. Na prática a Lei Ordinária será denominada simplesmente Lei, isto é, sem objetivação".

Esse o verdadeiro sentido da palavra Lei, contida no art. 57, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 25, § 1o. da Constituição Estadual. Tal é meridianamente observado por Temístocles Brandão Cavalcanti, em "Estudos sobre a Constituição de 1967", que ao escrever sobre o Poder Executivo na Constituição de 1967, dá o caráter de Lei Ordinária a expressão Lei, contida no art. 60 (é da competência exclusiva do Presidente da República, a iniciativa das leis), que é hoje artigo 57 por força da emenda no. 1, de 1969. De seu turno, Pontes de Miranda, em seus "Comentários à Constituição Brasileira", faz ver que em sentido próprio Lei Ordinária é Lei que não é constitucional. Não discrepa da mesma interpretação, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que tanto no seu Processo Legislativo, como nos "Comentários da Constituição Brasileira", ou no "Curso de Direito Constitucional", deixa evidente o caráter ordinário da Lei a que se refere o art. 57, da Constituição Federal, pois que, analisando essa norma pelo prisma da iniciativa reservada, desenvolve judiciosas considerações sobre a tese da convalidação através da sanção, no caso de usurpação do poder conferido ao Presidente da República, pela mencionada regra constitucional.

Outro argumento contrário a essa tese do parecer, pode-se apontar no próprio texto da Constituição Federal.

Veja-se, que a Constituição confere separadamente, o poder de iniciativa para propor emendas, Artigo 47, e de propor Leis — Art. 45, e disciplina cada um desses atos legislativos, diversamente, não só quanto às regras de concretização, como também em locais diferentes".

Não me parece assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a emenda constitucional ora em debate, esteja a malferir os dois preceitos constitucionais apontados no parecer como impeditivos, de que este Poder Constituinte revisor possa legislar em matéria de competência exclusiva do Governador do Estado, através de emenda constitucional.

No vértice da pirâmide do processo legislativo, o que nós temos, é exatamente, a emenda constitucional. E depois dela, não vem desde logo, a Lei ordinária, porque entre elas se interpõe a lei

complementar. O que projeta ainda que não seja isso, como querem alguns autores, uma escala hierárquica com profunda diferença entre o significado jurídico-constitucional de uma e de outra entre e alcance jurídico-constitucional de uma, e de outra; entre as limitações formais e materiais de uma, e de outra. Não convence portanto, este sentido que se pretende dar, do ponto de vista genérico, à expressão "Lei", para, a partir daí, se tentar impugnar a emenda como inconstitucional.

Quer ainda o parecer imaginativo neste aspecto, criar a figura jurídica da vinculação ou equiparação, para com isso também, tentar fazer com que a emenda colida com a disposição constante do parágrafo único do art. 98, da Lei Fundamental do País.

Mas, eu me permito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ler exatamente o dispositivo da emenda, que é apontado no parecer, como caracterizador desta vinculação ou equiparação no que respeita à remuneração dos advogados e procuradores da Procuradoria Geral do Estado.

"Artigo 60 — A Procuradoria Geral do Estado é constituída por Procuradores e Advogados e terá quadro composto da carreira de Procurador com quatro classes e de Classe Única de Advogado, observando-se quanto ao provimento inicial, o disposto no Art. 97 da Constituição Federal, e Art. 63, § 2o., desta Constituição.

Parágrafo Único — Terão os Procuradores seus vencimentos fixados com diferença excedente a nove décimos entre uma classe e a respectiva seguinte, atribuindo-se aos da classe mais elevada não menos — de nove décimos — dos vencimentos do Procurador Geral do Estado.

Os Advogados da Classe Única terão seus vencimentos fixados, com diferença não excedente a nove décimos, da Classe inicial da Carreira de Procurador".

ao que tudo indica, embaçada, consegue-se ver aí, consoante o parecer, vinculação e/ou equiparação. Mas por igual não assiste, quanto a isso, melhor sorte, à argumentação expedida pelo ilustre Deputado Luiz Roberto Soares.

Em primeiro lugar, porque a proposta de emenda não consubstancia ao estabelecer regras que deverão ser atendidas pela Lei Ordinária que regular os vencimentos de advogados e procuradores, nenhuma vinculação ou equiparação.

Com relação ao Procurador Geral do Estado, é prevista a seguinte redação para o artigo 62:— "O procurador Geral do Estado será nomeado em Comissão pelo Governador, dentre brasileiros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, de notável saber jurídico e reputação ilibada, com os mesmos vencimentos do Procurador Geral da Justiça, e Procurador do Estado, junto ao Tribunal de Contas.

No caso do Procurador Geral do Estado, ao atribuir-se-lhe, vencimentos do Procurador Geral da Justiça e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, a emenda abriga a tese, na verdade, da Parificação.

Como ensina José Afonso da Silva, não há confundir paridade, com equiparação, ou vinculação. Paridade é igualdade de vencimentos padrão e vantagens pecuniárias, atribuídos a cargos da mesma denominação, ou de atribuições iguais ou assemelhadas.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Regulamento da Secretaria da Justiça baixado pelo Decreto no. 1523, de 23 de janeiro de 76, ao estabelecer sua estrutura organizacional básica, colocou no mesmo plano hierárquico em nível e direção superior, lado a lado a Procuradoria Geral do Estado, a Procuradoria Geral da Justiça e a Procuradoria do Estado, junto ao Tribunal de Contas. E ao prevenir a competência dos três órgãos, vale frisar, dimensionou a importância de cada um e de todos, dando-lhe igual estatuta no concerto da Administração Pública.

Nada mais adequado, portanto, que o objetivo da emenda, no sentido de parificar os vencimentos.

Por outro lado, no que respeita aos advogados e procuradores, adotou-se em homenagem ao princípio da simetria constitucional, o modelo utilizado para regular os vencimentos do Juiz de Direito, art. 92, parágrafo 3o., e dos membros do Ministério Público, Art. 52, inciso VII. No caso, nem se pode cogitar de vinculação ou equiparação, pois a própria espécie é clara ao estabelecer diferença, quando regular regras para estabelecer os vencimentos.

Cabe ainda, um outro reparo. É que pretende também o parecer, fazer crer que a emenda cria cargos, o que não corresponde exatamente à verdade.

A proposta de emenda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não cria cargos. É mantida a atual constituição da Procuradoria Geral do Estado, apenas que a Carreira de Procurador, é, a exemplo do Ministério Público e de Juizes de Direito, dividido em categorias ou classes, ao tempo em que se propõe uma Classe Única de advogados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta informar ao eminente Deputado que o tempo que dispunha está esgotado. No entanto, confere-lhe mais dois minutos para concluir.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, sei que talvez esteja, com tal pedido, abusando da liberalidade que tem tornado V. Exa. tão pródigo nesta Casa. Mas, eu necessitaria de, pelo menos, 5 minutos para concluir em definitivo a discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência lhe concede o tempo necessário.

O SR. ACCIOLY NETO — Obrigado.

Por outro lado, a proposta de emenda, no que respeita inclusão de dois parágrafos no art. 152, também não trata de criação de cargos, mas de simples transformação sem alteração de números. Transforma-se o que já existe, apenas.

Mas desejo só para argumentar, admitir que a emenda abriga a vinculação por equiparação. E com isso, segundo consta do parecer, estar-se-ia ofendendo a regra constitucional contida no parágrafo único do art. 98 da Constituição Federal.

Também aqui, a interpretação que é dada no parecer destoa por completo daquela que é fornecida pelos estudiosos de Direito Constitucional. É que não reconheceu o autor do parecer, claramente, que a vinculação ou equiparação é possível, válida e legítima, quando realizada a nível constitucional. O que se veda, através do dispositivo da Constituição Federal é que a lei ordinária procure vincular, ou equiparar, para efeito de vencimento, cargos públicos. Não deixou claro, no Parecer, que, a nível constitucional, tal vinculação ou equiparação, não é defesa.

Pontes de Miranda diz em seus "Comentários à Constituição Federal", que a igualdade pode ser estabelecida pela regra jurídica constitucional, ou, respeitados os princípios constitucionais pela Lei. Mas, ressalva que, agora, a Constituição de 1967, artigo 98, parágrafo único, veda a equiparação por lei em se tratando de remuneração. Por Lei. O que significa que permanece a autorização para realizar tal vinculação no texto constitucional.

José Afonso da Silva, tantas vezes citado, explica que "A Constituição proíbe a vinculação e equiparação de qualquer natureza, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, Art. 98, § único. Valem, todavia, as vinculações e equiparações expressamente admitidas nela própria, claro: "Por isso não foi ato legislativo inconstitucional aquele que, na Constituição do Estado do Paraná, estabeleceu relações, para efeito de vencimentos, entre os Conselheiros do Tribunal de Contas e Desembargadores do Tribunal de Justiça - Art. 40, § 3o.; os Auditores do Tribunal de Contas e Conselheiros do Tribunal de Contas - Art. 40, § 4o.. Queremos atestar aqui que em relação aos Auditores, estão equiparados, por via de consequência, aos Desembargadores do Tribunal de Justiça. Prosseguindo Procura-

dores do Tribunal de Contas e Auditores do mesmo Tribunal de Contas, Artigo 40, § 5o.

Por af se vê que há uma equiparação entre o Auditor e o Procurador do Tribunal de Contas e o Desembargador do Tribunal de Justiça. Continua o Procurador Geral da Justiça e o Desembargador, Artigo 57, § 2o.; dos membros do Ministério Público e o Procurador Geral da Justiça, Art. 58, inciso 7. Dos Juizes de Direito aos Desembargadores, Art. 92, § 3o. Do Juiz do Tribunal de Alçada a Desembargador, Art. 102; e, finalmente a pensão de ex-Governador a Desembargador.

Está claro, assim me parece, que quando realizada a nível constitucional, não se pode impugnar a vinculação ou equiparação, ou, em sentido melhor, a igualdade de tratamento.

E ao encerrar, certo de que as dúvidas apontadas no parecer quanto à constitucionalidade da matéria, parecem-me perfeitamente sanadas, quero apenas, em definitivo, trazer uma lição de um dos maiores intérpretes do Direito Brasileiro e que já tive oportunidade de referir-lo por duas vezes que é Carlos Maximiliano, que escreveu a propósito de Direito Constitucional e sua "Hermenêutica e Aplicação do Direito", o seguinte:

"Todas as presunções militam a favor da validade de um ato, legislativo ou executivo; portanto, se a incompetência a falta de jurisdição ou a inconstitucionalidade em geral, não estão acima de toda dúvida razoável, interpreta-se e resolve-se pela manutenção do deliberado por qualquer dos três ramos em que se divide o Poder Público. Entre duas exegeses possíveis, prefere-se a que não infirma o ato de autoridade.

Os tribunais só declaram a inconstitucionalidade de atos legislativos quando esta é evidente, não deixa margem a séria objeção em contrário. Portanto, se, entre duas interpretações mais ou menos defensáveis, entre duas correntes de idéias apoiadas por juriconsultos de valor, o Congresso adotou uma, o seu ato prevalece.

A bem da harmonia ou de mútuo respeito que devem reinar entre os poderes federais (ou estaduais), o Judiciário só faz uso da sua prerrogativa quando o Congresso viola claramente ou deixa de aplicar o estatuto básico, e não quando opta apenas por determinada interpretação e não de todo desarrazoada".

Esta afirmação derradeira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é feita em função da decisão do Supremo Tribunal Federal, trazido ao parecer, através da qual relativo julgamento da Representação no. 759 contra Dispositivos da Constituição do Estado do Mato Grosso, pretendeu-se observar-se aí, em face de uma das regras julgadas inconstitucionais, que, haveria similitude com os dispositivos constantes da emenda.

Mas não foi feliz o ilustre autor do parecer: é que o art. 139 da Constituição de 1967, do Estado de Mato Grosso, que foi julgado inconstitucional, diz o seguinte:

"Fica assegurado aos funcionários que prestem serviços de qualquer natureza, aos doentes mentais, hansenianos, tuberculosos e penfigosos, gratificação de risco de vida na base de 50 por cento dos vencimentos".

Esta sim, é matéria de lei ordinária e não do texto da Constituição. Não serve portanto, desta decisão do STF, como interpretação padrão.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Continua em discussão a Proposição no. 384/77.

Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA, a quem a Presidência recomenda observância dos dispositivos da Resolução no. 271.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Incumbe-me inicialmente, como Líder do Governo, declarar que o Poder Executivo também está preocupado com

a necessidade de se reestruturar, de se dar nova dimensão à Procuradoria Geral do Estado. Por isso mesmo, já tratou de iniciar os estudos que irão redundar em um anteprojeto de lei a ser remetido a esta Assembléia, possivelmente nos próximos dias.

Sabe e reconhece, o Governo do Estado do Paraná, a grande e extrema utilidade, da notável eficácia e da dedicação de todos os seus advogados, e, reconhece a premente necessidade de reformular a sua atual estrutura, modernizando-a, adequando-a às exigências profissionais e, mesmo, ao nosso tempo.

Sabe o Governo o quanto têm sido dedicados e zelosos os seus advogados na defesa dos interesses patrimoniais do Governo do Estado, e em consequência, na defesa de todos os valores da nossa comunidade.

Elaborei, na qualidade de relator, o parecer aprovado pela Comissão Especial que nos enviou a proposta do nobre Deputado Accioly Neto, o qual, conclui pela inconstitucionalidade da sua iniciativa, parecer este que, mereceu minuciosos comentários do autor da Emenda Constitucional, que eu passo, aqui e ali, a rebatê-la.

Antes porém, já que V. Exa., nobre Deputado Accioly Neto, criou uma imagem em que eu aparecia como a moça "preocupada que não sabia se segurava a saia ou abria o guarda-chuva", eu me lembrei, e vou deixar de relatar pela exiuidade do tempo, a figura mitológica na Grécia, em que alguém tentava a qualquer custo adequar um objeto grande num móvel pequeno, e passou à nossa mitologia como a história do "leito de Procusto".

E, assim, parece o esforço de V. Exa., em dar um entendimento constitucional à sua proposta.

Entre os argumentos trazidos à colação pelo nobre Deputado Accioly Neto, é de que a lei a que se refere a Constituição, no seu art. 57, Constituição Federal, dizendo que: "É da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa de leis que I — disponham sobre matéria financeira; II — Criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública; "seria tão somente a lei ordinária e que a interpretação há de ser restritiva.

A se acolher o argumento do eminente e culto Deputado Accioly Neto, de que a lei a que se refere a Constituição é a Lei Ordinária, e só ela poderia criar despesas, nós desdobramos tal argumento e, inevitavelmente, concluiríamos que o que não é lei pode aumentar a despesa pública.

Logo, Sr. Presidente, poder-se-ia adotar a norma de se criar aumento da despesa pública através de Decretos Legislativos, Resoluções ou outra qualquer norma que não seja Lei Ordinária.

Não vejo outro resultado na sua argumentação que não seja este.

Evidente que, quando o constituinte proibiu que tivesse iniciativa no Legislativo leis que criem aumento de despesas, pretendeu com isso abranger todo e qualquer ato normativo, sob pena, é evidente, de que tal dispositivo seria inócuo ou ocioso. Sempre se valeria o legislador, da utilização de Decretos Legislativos, ou resoluções ou outras normas quais para, exatamente, burlar aquele princípio que é de uma rigidez reconhecível, atribuindo ao Executivo o único poder capaz de dar iniciativa a tais leis.

Trouxe o nobre e culto Deputado Accioly Neto, à discussão, aquele que, na minha opinião, pontifica hoje como um dos mais notáveis mestres do nosso constitucionalismo; exatamente o Professor José Afonso Silva, de quem tive a honra de receber, inclusive, algumas aulas.

Pois muito bem. É exatamente o Professor José Afonso Silva, no seu curso "Direito Constitucional Positivo" quem diz: "Limites do Poder Constituinte Estadual — A capacidade de alto organização dos Estados, efetiva-se como visto, pela

adoção de Constituição própria e de competência normativa". E isso implica, primeiramente, na existência do Poder Constituinte de cada Estado-membro, donde surge o primeiro problema de organização, qual seja o dos limites do constituinte estadual".

Há graves discussões doutrinárias a respeito da natureza do Poder Constituinte Estadual, considerando-se, considerado, digo, Poder Constituinte decorrente; uns, negam-lhe verdadeiro caráter constituinte, porque é demasiadamente limitado, o que não se compadece com o conceito de Poder Constituinte que, em princípio, se tem por juridicamente ilimitado; outros, entendem tratar-se de constituinte de segundo grau, subordinado, secundário e condicionado — Gabriel Manoel Gonçalves Ferreira Filho, chama-o Poder Constituinte Decorrente.

Lembrem-se da distinção que fizemos entre soberania e autonomia. O Poder Constituinte originário, aquele que é fonte da Constituição Federal, é soberano; enquanto o Poder Constituinte Estadual, é autônomo. A soberania consiste na autodeterminação plena, nunca dirigida, por determinantes jurídicos extrínsecos à vontade do soberano, que é o povo na sua expressão nacional. Enquanto que a autonomia pressupõe, ao mesmo tempo, uma zona de autodeterminação, que é propriamente autônoma, e um conjunto de limitações e determinantes jurídicos extrínsecos que é heterônomo. A zona de determinação é imposta à Constituição Estadual pela Constituição Federal que assegurou aos Estados, capacidade de auto-organizar-se, respeitados, dentre outros, princípios nela estabelecidos, os que enumera no art. 13. Esses princípios circunscrevem a atuação do constituinte estadual e podem ser discriminados em 3 grupos, como lembrou, em leitura idêntica, V. Exa.

Princípios constitucionais sensíveis, que são aqueles contemplados no art. 13, I e art. 10, VII;

Princípios Federais Extensíveis, art. 13, II a IX;

Princípios Constitucionais Estabelecidos.

Os dois primeiros grupos são princípios constitucionais enumerados. Muito bem, vejamos quais são os princípios federais extensíveis — consubstanciam regras de organização da União, cuja aplicação a Constituição estendeu aos Estados; estão numerados no inciso II a IX, do art. 13.

"Art. 13 — Os Estados organizar-se-ão e reger-se-ão pelas Constituições e leis que adotarem, respeitados, dentre outros princípios estabelecidos nesta Constituição, os seguintes:

"II, que é o decorrente do Princípio Federal Extensivo — "a forma de investidura nos cargos eletivos; III — o processo legislativo"; e ainda o "V — as normas relativas aos funcionários públicos".

Artigo sete, ou melhor, art. 57, V, é exatamente aquele que nós já nos referimos — "É da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa das leis que" evidentemente, por simetria, seria da competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que, criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública. Evidentemente, é o caso da proposta de emenda constitucional do nobre Deputado, e, ainda, a emenda dispõe sobre servidores públicos. Esses princípios de adoção compulsória pelo Estado-Membro jamais poderá ser violado, quer através da lei ordinária, quer através de emenda constitucional. A propósito de artigo publicado, recentemente, um dos mais eminentes constitucionalistas do Paraná, no meu entendimento, que, por excessiva modéstia não tem tido o prestígio que está a merecer, quero me referir ao Dr. Reginaldo Franquim, advogado e membro do Gabinete de Assistência Técnica desta Casa, escreveu um excelente artigo, que eu passo a ler alguns tópicos — Sabe-se que a estrutura do Estado Brasileiro, hoje, é, inequivocamente, centralista; prova-o, a insistência das manifestações saudosistas da velha autonomia dos Estados, muito mais do que, por exemplo, a casuística minuciosa enumeração das competências administrativas e legislativas da União, descritas ao longo

de dezessete incisos, 29 alíneas e um parágrafo, do art. 80. das hipóteses de intervenção federal consequente da transgressão das coordenadas fundamentais do regime político, prevista no art. X, as amplas diretrizes visadas para organização dos Estados-Membros, consubstanciadas no art. 13, a regência do Sistema Tributário Nacional, inserida no texto do art. 18, do controle das operações de crédito realizadas pelos Estados, disciplinados nos incisos IV e V, todos da Constituição da República.

Este artigo veio a lume; a propósito de emenda há dias introduzida na Constituição do Estado de São Paulo, face a natureza do seu conteúdo estava ensejando tais comentários, e esta proposta exatamente pretendia dispensar a obrigatoriedade de concursos públicos para ingresso nos quadros burocráticos.

Diz mais o Dr. Reginaldo, em seu artigo: Por isso, a rigor, os Estados não possuem uma Constituição, no sentido político. E tanto é assim, que afora o espaço ocupado pelos restritos poderes a ela delineados na Carta Matriz, seus preceitos não resistem ao confronto como simples Lei Ordinária Federal. Por todos os modos, como é inerente aos políticos, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, travam cerrada batalha contra o monopólio de quase a totalidade das iniciativas de Lei, que as Constituições atribuem aos Chefes do Governo, através das mais variadas armas do arsenal técnico-legislativo. Tudo em vão, porém. Os textos reforçadores do Executivo são de meridiana clareza, como diria o hemeneuto.

É evidente que estes comentários se prendem ao campo estritamente jurídico, pois poderíamos debater e questionar da sua perspectiva meta jurídica. As mais recentes fórmulas urdidas por determinadas Assembléias, no sentido de ampliar o seu elenco de prerrogativas, e em especial com a recuperação de permissivos, para iniciar o procedimento legisferante, que são os mais sedutores, o objetivo é incluir na Constituição através de emenda, a matéria a elas vedada para tratamento em forma de lei.

Como não está expressamente impedido de propor emendas à Constituição, excetuado o período de estado de sítio ou de intervenção federal, este meio à primeira vista parece adequado aos fins.

Na verdade a matéria objeto da emenda à Constituição Paulista, como a do Paraná, hoje, vantagem a servidor público, segundo o paradigma federal integra a lista de competência reservada só ao Poder Executivo. — do Processo Legislativo, art. 65, — do Orçamento e art. 109 — 1, dos Funcionários Públicos, cujas regras se incorporam automaticamente nas Cartas Estaduais por força do estabelecido no inciso V, do art. 13, segundo o qual são também de adoção obrigatória as normas relativas aos funcionários públicos. Aquela privatividade ratificada por três vezes, vem servindo para o Supremo Tribunal Federal, decidir sistematicamente, inclusive, que a sanção do Chefe do Poder Executivo, que não seria o caso da emenda constitucional, não corrige o vício de iniciativa.

Compreende-se, desta forma, porque ao Legislativo Estadual se apresenta entre outros tantos mais este limite ao seu poder de emenda à Constituição e que não o respeitando o Legislador, consumaria de um lado o tangenciamento daquela privatividade, mesmo pelo exercício de atribuição própria como titular do poder constituinte e derivado. E de outro, discreparia do modelo compulsório da Carta Federal.

Parece-me, de uma liquidez cartesiana, as palavras contidas no artigo do Dr. Reginaldo Franquim. Quando defendo a tese de que há limitações no poder de reforma à Constituição, faço-o fundado entre outros, em Nelson de Souza Sampaio, que faz um excelente comentário a propósito da irreformabilidade parcial de alguns dispositivos constitucionais. Assim é que além dos limites formais, adjetivos ou processuais representados pelas normas que a Constituição estabelece para a sua própria reforma há também os limites materiais que são sempre explícitos, poder-

do segundo ele, ser expressos, implícitos e inerentes.

Na medida em que sejam de adoção compulsória pelas constituições estaduais, estes princípios rígidos da nossa Constituição Federal, entre eles, que confere privatividade de iniciativa ao Executivo, naqueles projetos que pretendam aumentar a despesa pública, ou aquele também que confere privatividade ao Poder Executivo, de todas e quaisquer normas relativas aos funcionários públicos, é evidente, que se se admitisse a constitucionalidade do projeto proposto de emenda constitucional do nobre Deputado Accioly Neto, nós vulneraríamos tais princípios e passaríamos a, sempre que quiséssemos burlar tais dispositivos, nos valermos de emendas constitucionais.

O que é evidente e me parece, contraria inteiramente a sistemática de nosso Direito Constitucional.

Disse o nobre Deputado Accioly Neto, de que equiparação e vinculação já se encontram estabelecidas em nossa Constituição Estadual e mesmo na Federal.

Evidentemente, se encontram, estas sim, perfeitamente válidas, estas e só estas, porque entende, continuo entendendo que o Artigo 98 em seu § 1º — que proíbe a vinculação, mal colocado, segundo entendo como parágrafo, não tem o efeito restritivo que pretende V. Exa.

Diz o § único — “que respeitado o dispositivo no Artigo — é vedada a vinculação ou equiparação de qualquer natureza, para efeito de remuneração do pessoal do serviço público.”

Me parece que a expressão “para efeito da remuneração de pessoal do serviço público” tem a extensão que eu pretendo dar. Porque se assim não fosse, também se vulneraria um dos princípios tão caros da nossa Constituição que é evitar que através dos mecanismos vinculatórios ou de equiparação, se estabelecesse uma verdadeira “sanfona” legislativa, quando uma determinada classe dos servidores recebesse determinado aumento, todos os demais, receberiam de igual maneira.

Diz ainda o Professor José Afonso da Silva que a vinculação é a relação de comparação vertical, diferente da equiparação que é a relação horizontal. Vincula-se um cargo inferior, isto é, de menores atribuições e menos complexidade, com outro superior, para efeito de retribuição. É exatamente, o que pretende a Emenda de V. Exa. Mantendo-se certa diferença de vencimentos entre um e outro, mas, de sorte que, aumentando-se um, o outro também fica automaticamente majorado para guardar a mesma distância pré-estabelecida.

Note-se, dizia eu no meu próprio Parecer: Que o legislador pode inclusive, fixar remuneração idêntica para cargos diferentes, desde que, não condicione uma à outra.

Já a comparação de cargos de denominação e atribuições diversas, considerando-se iguais para fins de se lhes conferir os mesmos vencimentos, é a equiparação.

Equiparar, é por em paralelo, comparar, igualar, enquanto que vincular é subordinar, condicionar.

Afora o reparo que V. Exa. faz à decisão do Supremo Tribunal Federal que inseri em meu parecer, eu aceito. Realmente, numa leitura mais atenta me convenceu de que talvez não se adequasse bem para embasar as minhas razões, que pretendo jurídicas. Todavia mantive, porque em seu acórdão, ficou consignado que a inconstitucionalidade da pretensão de se inserir determinada regra à Constituição política ou à Constituição do Estado de Mato Grosso, era inconstitucional, porque envolve vencimentos “latu sensu”, que está a depender da exclusiva iniciativa do chefe do Poder Executivo.

Vale dizer enquanto o caso, não fosse talvez apropriado, para fundamentar tal parecer. Parece-me claro que esta impressão, que era inconstitucional, também porque, envolvia vencimentos; e que isto estava a depender da exclusiva iniciativa do Chefe do Poder Executivo, é uma maneira contundente definitiva de se encerrar a polêmica.

Houve, ainda, tive a oportunidade de ler outras decisões do Supremo, a propósito de emendas constitucionais propostas,

em algumas Constituições Estaduais. E tem sido unânime o entendimento de que as matérias reservadas ao Poder Executivo, privativamente, não podem ser violadas nem sequer através de Emenda Constitucional.

Em conclusão, é nosso entendimento, de que a proposta de emenda constitucional que dá nova configuração à procuradoria, não tem, datíssima venia, escoramento constitucional. Todavia, registro aqui as minhas congratulações pelo esforço que fez o nobre Deputado Accioly Neto, no sentido de que tal tema viesse a debate, e afinal, amadurecesse para que, com o concurso também desta Assembléia Legislativa, num espaço de tempo que espero, será o mais breve possível, afinal se sane uma série de deficiências e se faça justiça aos nobres advogados do Estado do Paraná.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Timomazoni). — Continua em discussão a Proposição 384/77.

O SR. MUGGIATI FILHO (Para discutir). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assiste esta Casa, na realidade, no que diz respeito ao exercício de suas atribuições a uma de suas mais importantes reuniões.

Examinada a matéria em debate, tanto o eminente autor do projeto, Deputado Accioly Neto, assim também o ilustre Líder do Governo, no seu parecer contrário ao Projeto, externaram, com reconhecida e admirável cultura, a defesa de duas teses antagônicas.

O MDB, através de sua bancada, fica com o projeto, em razão do direito.

Lamentamos que esse interesse não se tivesse estendido também à eminente bancada majoritária, quase que — ressalvada as honrosas exceções dos Srs. Deputados presentes — ausente do plenário. Mas, acostumados e afeitos a resultados de inúmeras votações importantes ocorridas e registradas neste plenário, nós acreditamos que a questão partidária se torna superada, como nós a superamos, colocando acima de qualquer outro interesse — de vez que o Projeto não é de iniciativa de um membro de nossa bancada — o legítimo objetivo do projeto.

Se, em recente reunião da Comissão de Constituição e Justiça, fomos, o ilustre Deputado Enéas Faria e eu, votos vencidos pelo voto de desempate da Presidência, é de se acreditar que a matéria realmente esteja colocada acima de qualquer objetivo subjacente.

Se, por um lado, nos convenceram as razões do Projeto, acredito que todos os Srs. Deputados das mesmas estão convencidos, fundamentalmente o estão, porque conhecem a origem e o problema que o projeto pretende solucionar.

Seria o caso desta Casa se apegar a um tecnicismo mais realista que o do próprio rei para argumentar contra o próprio Direito Constitucional brasileiro?

Perdoe-me o eminente Líder do Governo do Estado, mas o Direito Constitucional brasileiro não nega ao Poder Legislativo a legitimidade de suas atribuições quando este Poder realmente legisla e deve legislar.

O Direito Constitucional brasileiro está expresso ainda recentemente numa Carta aos Brasileiros, firmada pela cultura jurídica nacional.

O Direito Constitucional brasileiro, expresso na Constituição de 1946, somente vedava ao Poder Legislativo a iniciativa, se não me engano, para a criação de cargos públicos.

Por quê?

Na realidade, havia um abuso em tal prática. Mas nunca impediu a legítima iniciativa que pudesse redundar em aumento de despesa.

Por isso, não aceitamos, eminente Deputado Luiz Roberto Soares, o argumento “a contrário sensu” de V. Exa., ao afirmar que o que não é lei pode aumentar a despesa pública.

Quando a própria Constituição proíbe o Governo, inclusive, de cobrar impostos, se eles não estiverem previstos em lei.

Como se poderá dizer que o que não é lei pode aumentar a despesa pública? Através de decretos legislativos, de decretos-lei? E se não estiverem previstos na própria Lei?

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para esclarecer porque na realidade talvez V. Exa., equivocadamente, interpretou mal as minhas palavras.

Eu pretendia dizer é que se levasse o argumento...

O SR. MUGGIATI FILHO — O equívoco não foi meu, foi de V. Exa.

O Sr. Luiz Roberto Soares — É provável, por isso esclareço agora.

Eu estava tentando dizer a V. Exa. que se levasse às últimas consequências o raciocínio do Deputado Accioly Neto, de que a lei a que se refere a Constituição seria a Lei ordinária, nós também teríamos que admitir que seria possível aumento de despesa através de decreto, decreto legislativo, enfim um ato normativo que não fosse lei ordinária.

Se a Constituição pretendesse, com a expressão Lei, configurar e cingir apenas a Lei Ordinária, é que eu argumentava que se isto fosse verdadeiro, poderia se fazer um aumento funcional através de decreto ou de resolução porque nisto não seria lei.

Eu estou acompanhando como sempre o faço as orações profundas e judiciosas de V. Exa., mas achei oportuno fazer este esclarecimento, porque a interpretação que V. Exa. deu por certo, por minha culpa não é correta.

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito obrigado, V. Exa. uma vez

mais irá me perdoar, porque se também admiro os pronunciamentos e a cultura com que V. Exa. se mantém nesta Casa à frente da brilhante bancada que V. Exa. representa, não menos verdade, eminente Deputado, é que contra o argumento de que a Constituição poderia ou pretenderia dizer, quando se refere à lei, que não se trata de lei constitucional, seria desmerecer qualquer raciocínio lógico e acima ou longe de qualquer omissão, que se admitisse, mesmo assim, que se pudesse praticar, sem estar autorizado por lei, ou, se for o caso, de autorização de decreto, o aumento da despesa pública.

Eu respondo dentro daquilo que nós estamos discutindo, não pelo que estamos vivendo dentro do País, onde, através de atos estranhos à vida jurídica, se faz muito mais do que isto e muito pior do que isto.

Desta forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós aceitamos esta tese, porque acho que o legislador vive também o momento em que ele dá a sua interpretação, em que ele faz valer o sentido de sua interpretação pessoal para se orientar em busca de meios que visem solucionar os problemas para os quais ele foi colocado nesta Casa.

Não me parece que a Carta Federal contrarie este princípio, ao contrário, se o artigo 13 estabelece as regras a serem adotadas na Constituição Estadual, inclusive o processo legislativo, nessas regras ele não disciplina, porque a própria Constituição Estadual que o faz, os casos em que não se admitem emendas à Constituição Estadual, porque é atribuição do legislador estadual e o legislador estadual, no artigo 24 da Carta, estabelece:

“A Constituição poderá ser emendada por proposta da terça parte dos membros da Assembléia Legislativa; segundo — do Governador.

Parágrafo 1º — A Constituição não poderá ser emendada na vigência do estado de sítio, de intervenção federal, ressalvado o disposto no artigo 10 (dez) ...” etc. ... “da Constituição Federal.”

Aqui está o caso em que não poderá ser emendada a Constituição Estadual.

Os nossos tratadistas, e para citar apenas um deles talvez o menos citado pelos meus eminentes colegas, mas justamente por se tratar de uma obra recente, Manoel Gonçalves Ferreira

Filho, “Direito Constitucional Comparado — Poder Constituinte”, ele afirma que “O Poder Constituinte sobrevive após a edição de uma Constituição, fora da Constituição, como expressão da liberdade humana.” Esta observação tem uma forma clássica, que está no art. 28 dos Direitos do Homem e do Cidadão, editada como preâmbulo da Constituição Francesa, de 24 de junho de 1796, a chamada Constituição/Jacobina porque foi estabelecida pelo influxo da influência jacobina. O art. 28 dessa declaração enuncia o seguinte: “Um povo tem sempre o direito de rever, de reformar e de mudar a sua Constituição. Uma geração não pode sujeitar as suas leis às gerações futuras. Esta é a forma clássica que explica a permanência do Poder Constituinte após edição de Constituições.”

Poderá dizer alguém: “Mas os Srs. receberam o Poder Constituinte? A atual Carta foi elaborada pelo Poder Constituinte? A Carta Federal foi elaborada pelo Poder Constituinte?” É outro assunto.

Em outras palavras, diz o autor: “O Poder Constituinte sobrevive no sentido de que o homem embora tenha tomado uma decisão, pode rever, pode mudar, posteriormente, essa decisão. Um povo decide-se por uma Constituição, o que não significa que não possa, amanhã, mudar de constituição, estabelecer outra Constituição.”

Uma geração não pode sujeitar suas leis às gerações futuras, e, quanto às limitações à revisão constitucional, o mesmo autor estabelece ampla digressão em torno do assunto, toda ela, sejam limitações circunstanciais, limitações materiais e limitações temporais, toda ela invocável, a qualquer instante, em favor do projeto

Não bastasse, Sr. Presidente, a argumentação dos mestres, nós incluímos a deliberação a que chegou a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, formalizada, e que se encontra em poder da Mesa que nos preside, nos seguintes termos: (Lê). ;

(É lido o ofício).

Nós, também, não podemos ignorar a comunicação feita pelo eminente Líder do Governo, de que uma Mensagem do Poder Executivo estaria sendo elaborada, visando à solução do problema. Acredito que essa comunicação deve ser recebida como um argumento a mais, em favor do próprio projeto. Afinal, se a solução adequada está sendo discutida, será votada, que nos levaria a recusá-la para aguardar outra proposta, que não tem data marcada? E o problema já vem se arrastando há longa data.

Nessas condições, entendendo que não falece ao Poder Legislativo o poder da iniciativa, neste caso, adotando como nossas as brilhantes razões expendidas pelo ilustre autor do projeto; entendendo, também, que o Poder Legislativo ao aprovar matéria desta natureza não irá além daquilo, mas estará, perfeitamente, colocado dentro de suas legítimas atribuições, não haverá o uso abusivo dessas atribuições. Ao contrário, é uma das vezes em que melhor se aplicará o trabalho legislativo nesta Casa.

E, finalmente, como bem me acentuou o companheiro e colega de bancada Deputado Nilso Sguarezi, estamos diante de um problema que depende exclusivamente de nós. Por que nos apegarmos a um excessivo zelo que está transbordando, evidentemente, no respeitável parecer do eminente Relator, quando neste País o que menos se preza é a Constituição da República? Mas não é usando da mesma técnica, e nem porque isso se faz, que nós estaremos votando favoravelmente ao projeto. Apenas lamentamos que os preceitos constitucionais não sejam defendidos, inclusive pelo próprio Presidente da República que deveria ser o primeiro a defendê-los com tanto zelo, neste País, como querem todas as classes representativas e o povo brasileiro.

Por isso, vale a referência, Sr. Presidente, não como argumento para decidir, porque nossa decisão está calcada dentro da

própria Constituição, daquilo que ela nos fornece, dos elementos jurídicos que podemos colher e principalmente de certeza a mais absoluta que nunca tais elementos serão aplicados com tanta justiça, como bem enaltece ou ressalta, digo melhor, o ofício da Ordem dos Advogados, como com a aprovação deste projeto.

Talvez, digo talvez, para não cometer um engano, tenho quase que absoluta certeza, a Casa dificilmente terá outra oportunidade de fazer tanta justiça como esta.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão a Proposição 384/77. Encerrada a discussão. Em votação.

Sobre a mesa, requerimento subscrito pelo Sr. Deputado Enéas Faria, que requer votação nominal para a emenda constitucional, Proposição número 384/77, vazado nos seguintes termos: (Lê requerimento).

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvido a Casa, votação nominal para a Emenda à Constituição, Proposição número 384/77.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1977.”

A Presidência recebe o requerimento com respaldo no art. 159, § 2º e o coloca em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria, permanecem como estão. — **Aprovado.**

Em votação a Proposição número 384/77.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, eu faço um requerimento verbal à Mesa, a fim de que seja apensada a esta, uma outra Proposição, também consubstanciada à emenda constitucional e que trata de matéria análoga a que nós vamos decidir agora, nesta primeira proposição.

Votaremos em conjunto, portanto, a Proposição 384 e 385.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — V. Exa. pode precisar, eminente Deputado, quem subscreve a emenda à Constituição, que constitui na Proposição 385/77?

O SR. ACCIOLY NETO — Sou eu mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa a V. Exa. da impossibilidade de atender a solicitação de V. Exa. Regimentalmente, a Presidência só coloca a matéria em discussão e votação, no interstício de 24 horas. Recomendação regimental, com amparo constitucional.

E formula a intenção de verificar a tramitação que sofreu a Proposição 385/77 para verificar da possibilidade de anunciá-la amanhã, para inclusão na sessão ordinária seguinte.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente.

Ocorre que a outra proposição, diz respeito à Emenda Constitucional a dispositivo localizado na parte das disposições finais e transitórias da Constituição do Estado.

E o conteúdo desta emenda, Sr. Presidente, está intimamente ligado aos outros dispositivos que ora são objetos de emenda através da Proposição 384/77.

É de relevância, Sr. Presidente, que inobstante, o parecer do eminente Deputado Luiz Roberto Soares, não faça referência expressa a outra proposição, o assunto que ela engloba está por completo vinculado à matéria sobre a qual ele emitiu opinião.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta, eminente Deputado Accioly Neto mas, considera a Presidência, que ambas as proposições são autônomas, porque não apresentadas na mesma oportunidade e a Presidência não tem elementos para verificar se cumpriu dispositivo da Resolução 2/71 — quanto ao procedimento para alcançar sucesso em

colocá-la à judiciosa e soberana deliberação do Plenário.

Não poderá a Presidência fornecer a V. Exa. as informações sobre se, houveram da parte dos Srs. Deputados, líderes de bancada, a indicação dos membros para comporem a Comissão Especial encarregada de emitir parecer. Se houve a publicação em avulso para conhecimento dos Srs. Deputados, além do que, impossível porquanto, não anunciada a matéria, e portanto, sem condições porque falece de condições de apreciação na presente sessão.

Lamenta a Presidência, mas não pode acolher o que em questão de ordem propõe o eminente Deputado Accioly Neto.

Em votação a Proposição, nos termos do requerimento. — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Accioly Neto. — Terá o tempo de dez minutos para falar no encaminhamento.

O SR. ACCIOLY NETO — (Para encaminhar a votação). Sr.

Presidente, Srs. Deputados, o debate que se realizou em torno dessa Proposição 384/77, que trata de emenda à Constituição do Estado, já tornou claro que esta Casa se divide em duas posições absolutamente distintas. De um lado, há os que pretendem a Justiça célere e de outro aos que agarrados ao formalismo, pretendem que se realize apenas uma Justiça de acordo com as conveniências e ao longo do tempo. Por uma ironia da vida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que todavia a história política haverá de registrar, com pesar, é exatamente contra os bancharéis em direito, que se levanta a norma constitucional, às vésperas do dia em que eles deverão comemorar o sesquicentenário da instalação dos cursos jurídicos no Brasil. Isto significando que nós vamos decidir sobre a aplicabilidade de uma norma constitucional dita rígida, de interpretação ampla, contra aqueles que há 150 anos, vêm lutando exatamente, para que este País tenha uma Constituição que dê, a todos os cidadãos a segurança de que vivem num Estado de Direito.

Não desejava fazer novas considerações é expender outros comentários a respeito da tese defendida pelo ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, em torno da expressão Lei, e sua abrangência, mas vejo-me na obrigação até, como advogado de advogados, de ainda uma vez, contestá-la; e não mais vivamente apegado a conceitos doutrinários. Desta feita, recorro exatamente ao documento legal de que ele se vale, para tentar invalidar a legitimidade constitucional da proposta que apresentei.

Refiro-me, Sr. Presidente, à empacotada Constituição Federal. Que em dois dispositivos, artigo 99, parágrafo 3º, e artigo 103, na Sessão que trata dos funcionários públicos. Estabelece a evidência que aquele poder de iniciativa reservada que se confere ao Presidente da República, no artigo 57, especialmente o inciso 2, não é absoluto. É relativo e cede portanto, quando relativo, à emenda constitucional.

E essa afirmação, Sr. Presidente, decorre das circunstâncias que têm os dispositivos citados, vale repetir, artigo 99, Parágrafo 3º e artigo 103, excepcionarem, que determinadas matérias serão de iniciativa exclusiva do Senhor Presidente da República, mediante Lei Complementar.

Está aí — no meu entendimento — a demonstração mais inequívoca de que a expressão Lei se refere, exclusivamente, à lei ordinária e não à emenda constitucional.

Porque aqui a Constituição veda — aí sim, é de concordar-se que com Emenda Constitucional se pretendesse regular as matérias contidas no § 3º, do Artigo 99 e no Artigo 103, da Constituição Federal.

Tudo, ou mais, Sr. Presidente, pode ser modificado pelo poder revisor, a âmbito estadual, mediante Emenda Constitucional.

Isto posto, encerrando assim em definitivo, o debate em torno desta questão, apelo — principalmente aos meus ilustres colegas de bancada que ainda não se definiram em torno dessa Emenda Constitucional, para que, ao menos desta vez, em homenagem àqueles que, no exercício de sua atividade, fazem

por assegurar e defender a nossa Constituição, esqueçam a legenda partidária, omitam a determinação do Chefe do Poder Executivo, e decidam de acordo com seu próprio discernimento. Porque, creio eu, são todos homens capazes de escolher um caminho sem que precise alguém apontá-lo peremptoriamente.

Não se trata de atitude de rebeldia a que proponho.

Não lanço um grito de independência a nenhum dos ilustres Deputados da Aliança Renovadora Nacional e não lhes exijo, absolutamente, um momento de coragem e de desafio.

Proponho apenas que, neste momento, saibam dar grandeza ao próprio sentido de representação com que foram ungidos e trazidos a esta Casa.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendia mais falar nesta sessão. Todavia, me parece imperioso que desfaça insinuação contida nas palavras do eminente Deputado Accioly Neto.

Na maneira como colocou, resultaria nítida impressão de quem não votasse com sua emenda estaria votando contra os advogados.

Reafirmo que a Aliança Renovadora Nacional, nesta Casa, votará contra a proposta de S. Exa. o Deputado Accioly Neto, por considerá-la flagrantemente inconstitucional.

Não há outra razão, nem outra justificativa que estejam a orientar nosso comportamento.

Eu, como Líder da bancada da Aliança Renovadora nesta Casa, reafirmo a nossa admiração pelo corpo zeloso de advogados do Estado. Sei reconhecer o destacado papel que teve o bacharel, o advogado na formação de nossa República.

Amanhã, é o Dia do Sesquicentenário da criação dos Cursos Jurídicos no Brasil, sabemos entender a grandiosidade e a valia desta data.

Todavia que não se interprete os nossos votos contra o seu projeto como uma manifestação contra os advogados.

Reafirmamos, lutamos contra o projeto por considerarmos inconstitucional e o Governo está, repito, preocupado com a situação e já tem praticamente elaborado um anteprojeto que remeterá a esta Casa e com ele pretendendo reformular e adequar a Procuradoria às novas exigências de nosso tempo e às exigências básicas da vida profissional dos advogados que lá militam.

Esta era a colocação correta, necessária, que me cabia fazer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação a Proposição 384/77.

De conformidade com o requerido pelo Deputado Enéas Faria e da decisão do Plenário, o Sr. Primeiro Secretário colherá os votos. Os Srs. Deputados que votarem favoravelmente com a Proposição, votarão SIM. Os que votarem contrariamente, votarão NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Deputado Jurandir Messias — não; Deputado Ernesto Gnoato — ...; Deputado Quielse Crisóstomo — ...; Deputado José Domingos Scarpelini — ...; Deputado Ivan Rüppel — sim; Deputado Rosário Pitelli — não; Deputado Accioly Neto — sim; Deputado Adalberto Daros — sim; Deputado Aguinaldo Pereira Lima — ...; Deputado Alfredo Gulin — ...; Deputado Antônio Facci — sim; Deputado Aragão de Mattos Leão — ...; Deputado Augusto Carneiro — não; Deputado Basílio Zanusso — não; Deputado Dácio Leonel — ...; Deputado David Federmann — ...; Deputado Del Ciel — sim; Deputado Deni Schwartz — sim; Deputado Domício Scaramella — sim;

Deputado Edilson Alencar — sim; Deputado Egon Pudell — não; Deputado Enéas Faria — sim; Deputado Ernesto Dal'Oglio — sim; Deputado Erondy Silvério — sim; Deputado Ezequias Losso — ...; Deputado Fidelcino Tolentino — sim; Deputado Fabiano Braga Cortes — ...; Deputado Francisco Escorsin — ...; Deputado Fuad Nacli — ...; Deputado Gabriel Manoel — ...; Deputado Luiz Gabriel Sampaio — ...; Deputado Gilberto Carvalho — não; Deputado Hélio Manfrinato — sim; Deputado Jayme Rodrigues Carvalho — sim; Deputado Jorge Sato — ...; Deputado Lázaro Dumont — ...; Deputado Lineu Turra — sim; Deputado Lúcio Machado — sim; Deputado Luiz Alberto de Oliveira — não; Deputado Luiz Roberto Soares — não; Deputado Maurício Fruet — sim; Deputado Muggiati Filho — sim; Deputado Nelson Buffara — sim; Deputado Nilso Sguarezi — sim; Deputado Osvaldo Macedo — (ausente); Deputado Otássio Pereira — sim; Deputado Paulo Camargo — (ausente); Deputado Renato Bernardi — sim; Deputado Trajano Bastos — sim; Deputado Valter Pietrângelo — (ausente); Deputado Waldenício Barbalho — sim; Deputado Werner Wanderer — não; Deputado Wilson Fortes — não. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — 24 Srs. Deputados responderam SIM, 10 Srs. Deputados responderam NÃO. Rejeitada a Proposição número 384/77.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicitei a palavra pela ordem, para solicitar de V. Exa. que determinasse ao Sr. Primeiro Secretário, informar à Casa os nomes dos Srs. Deputados que deixaram de votar, portanto, ausentes do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — V. Exa. deseja que a Primeira Secretaria decline neste instante, ou poderia receber posteriormente os nomes dos Srs. Deputados?

O SR. TRAJANO BASTOS — Gostaria de receber a informação, neste instante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência autoriza, e o Sr. Primeiro Secretário anunciará os nomes dos Srs. Deputados que estiveram ausentes a esta sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Os Srs. Deputados que estiveram ausentes e deixaram de votar, foram os seguintes: Deputado Ernesto Gnoato, Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, Deputado José Domingos Scarpelini, Deputado Aguinaldo Pereira Lima, Deputado Alfredo Gulin, Deputado Aragão de Mattos Leão, Deputado Dácio Leonel, Deputado David Federmann, Deputado Ezequias Losso, Deputado Fabiano Braga Cortes, Deputado Francisco Escorsin, Deputado Fuad Nacli, Deputado Gabriel Manoel, Deputado Gabriel Sampaio, Deputado Jorge Sato, Deputado Lázaro Dumont, Deputado Osvaldo Macedo, Deputado Paulo Camargo e Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Trajano Bastos, líder do MDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Muggiati Filho e Maurício Fruet, para comporem a Comissão Especial de Emenda à Constituição do Estado, no que tange à Reforma Penal e Penitenciária. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

A Presidência deve uma informação ao Sr. Deputado Accioly Neto. A Proposição 385/77 encontra-se em poder da Comissão Especial encarregada de exarar o parecer.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de regozijo e congratulações à Polícia Militar do Estado do Paraná, pela passagem do 123º aniversário de sua fundação. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, reivindicando a execução de obras de pavimentação partindo da Rodovia Parigot de Souza, para atingir ponte já existente sobre o rio Paranapanema, requer ainda, que o Governo do Estado proponha ao Governo

Estado de São Paulo, a execução de obras de pavimentação do percurso que separa o Município de Itaporanga da divisa do nosso Estado. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de louvor ao Sr. Arion N. Roda, titular da Delegacia de Estrangeiros que acaba de se afastar das referidas funções, em virtude da mesma haver sido transferida para a Polícia Federal, pelos relevantes serviços prestados pelo mesmo, à frente da citada instituição, votos estes extensivos aos demais funcionários. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo para que na programação de instalação de monocalis ora em execução no Paraná, seja incluído o Distrito de Prado Ferreira, no município de Miraselva. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante de expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente, ao Sr. Governador do Estado, reivindicando a construção de um prédio para funcionamento da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do município de Santo Inácio. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de congratulações à Campanha Nacional de Escola da Comunidade, na pessoa do Sr. Presidente do Conselho Nacional, Almirante Benjamim Sodré, pelo êxito alcançado no XXIII Congresso Nacional Ordinário. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado à TELEPAR, no sentido de que seja instalado Serviço Telefônico, no lugar denominado Mauá, município de Marilândia do Sul. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de congratulações ao jornal "Gazeta do Povo", por passar a publicar a coluna "Posto de Escuta", sob a responsabilidade do jornalista Murilo Mello Filho.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações referente aos serviços de pavimentação do trecho de estradas que liga Jacarezinho a Cambará. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 68/77 e 69/77, e de Resolução números 10/75, 205/77, 207, 210, 214, 215, 234, 235, 236, 237 e 238/77.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 07/77 e 66/77; marcando ainda uma sessão ordinária para amanhã, dia 12, sexta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei números 91/76, 51/77, 54/77, 57/77 e 73/77 e de Resolução números 23/77, 37, 86, 87, 89, 90, 94, 112, 113, 114, 116, 130, 173, 174, 175, 176, 177 e 204/77.

Levanta-se a sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 541/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7325, de 01 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

colocar, HILDA GUIOMAR ARGUELLO, matrícula número 452, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, à disposição do Ministério da Educação e da Cultura - MEC, sem perda de seus vencimentos e demais vantagens atinentes ao cargo que ocupa, a partir de 01 de abril de 1977 até 31 de janeiro de 1979.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 542/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6688, de 07 de julho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

prover, em comissão ATANAILDO GURAL, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Erondy Silvério.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de agosto de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 543/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6293, de 27 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, de acordo com o parágrafo único, do Art. 274, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a NEVINHA MARIA CARDOSO, matrícula número 595, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 07 de novembro de 1969 e igual data de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de agosto de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 544/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5744, de 14 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao cerço de serviço público de LILIAN MARY DOS SANTOS REBELLO, matrícula número 437, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 01 de janeiro de 1969 e 01 de maio de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias de 1972 contadas em dobro; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei número 6174, a partir de 01 de maio de 1977, data em que, em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio, completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de agosto de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente
QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 545/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6013, de 21 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a ALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula número 190, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 20 de novembro de 1975, data em que completou 15 (quinze) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de agosto de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente
QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 546/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5124, de 30 de maio de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

exonerar, a pedido, WILMA WAMBIER GUSSO, matrícula número 462, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 30 de maio de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de agosto de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente
QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 547/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6273, de 27 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES, matrícula número 079, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante mais de cinco (05) anos, no período contado para todos os efeitos legais, pela alínea "b", do Decreto Legislativo número 534/76, de 17 de agosto de 1976;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o mesmo dispositivo legal, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 14 de outubro de 1966 e

14 de abril de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 06 de maio de 1977, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de agosto de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente
QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 548/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1921, de 22 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, nos termos do parágrafo único, do Art. 247, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a BOANERGES DE MENEZES CALDAS, matrícula número 268, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses, de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 23 de setembro de 1971 e 23 de janeiro de 1976, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1970, 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de agosto de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente
QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 549/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6325, de 28 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

retificar o nome da funcionária OLGA MARIA ROCHA ATHAYDE, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a fim de que dos assentamentos funcionais da servidora conste o seu nome como sendo OLGA MARIA ROCHA ATHAYDE CAMARGO.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de agosto de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente
QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 550/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6511, de 04 de julho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de OSWALDO FARIA, matrícula número 345, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de agosto de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente
QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário